

Sumário

Número de notícias: 14 | Número de veículos: 11

PORTAL UOL - OPINIÃO
ANFIP

O estranho caso do trabalhador que luta para super-rico não ser taxado3

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Governo envia ao Congresso proposta que amplia isenção do Imposto de Renda 5

FOLHA ONLINE - SP - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Veja rendimentos que continuarão isentos do Imposto de Renda no projeto do governo
..... 9

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
SERVIDOR PÚBLICO

Lucro de planos de saúde em 2024 passa de R\$ 10 bilhões 11

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
REFORMA TRIBUTÁRIA

País terá US\$ 1,51 bi do Banco Mundial13

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Motta sinaliza mudanças no projeto enviado pelo governo 14

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE
REFORMA TRIBUTÁRIA

Desonerar a classe média amplia poder de consumo , afirma Rollemberg (ENTREVISTA)
..... 15

O GLOBO ONLINE - RJ - MUNDO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Milhares protestam na Colômbia para exigir que o Congresso aprove reformas de Petro
..... 18

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Isenção do IR em aceno de Lula à classe média 20

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Incerteza em alta, políticos em baixa - ZEINA LATIF 24

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Estados se mobilizam para evitar queda de arrecadação 26

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Juro deve atingir hoje maior nível desde 2016 27

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Sobretaxa protege economia dos EUA, diz vice-presidente 29

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Monitor do PIB aponta alta de 0,3% em janeiro 30

O estranho caso do trabalhador que luta para super-rico não ser taxado

Leonardo Sakamoto

É extremamente saudável para o país que o Congresso Nacional mergulhe na discussão sobre um imposto mínimo para os super-ricos, medida proposta pelo ministro Fernando Haddad para compensar a isenção de quem ganha até R\$ 5 mil por mês. Antes de mais nada, um lembrete: super-rico não é você, que faz parte da massa de 212,4 milhões que aprenderam a se virar, mas as 141,4 mil almas que ganham mais de R\$ 50 mil mensais.

Saudável porque estamos discutindo justiça tributária e progressividade de imposto (não, progressividade não significa uma "taxa woke", mas que quem ganha precisa pagar proporcionalmente mais), algo que pode ajudar a construir nosso futuro. E não projetos de lei para impedir meninas de dez anos grávidas após terem sido estupradas pelos próprios familiares e que correm risco de morte a terem acesso a um aborto legal - algo que nos mantém presos ao passado.

A ideia é simples: a galera que ganha mais de R\$ 50 mil por mês e não paga pelo menos 10% de imposto, vai começar a ser cobrado progressivamente se o projeto de lei passar. Quem já paga imposto igual ou superior a isso não vai precisar pagar mais.

Contudo, vale a pena parafrasear o Evangelho de Mateus para lembrar que é mais fácil um camelo passar pelo buraco de uma agulha do que um parlamentar super-rico aprovar a taxação de sua classe social. E o que mais temos entre deputados e senadores são pessoas que são desse grupo ou que o representam. Uma coisa é aprovar uma medida que pode levar votos e ajudar na reeleição de congressistas, como a isenção dos R\$ 5 mil. A outra é cortar na própria carne.

Além dos congressistas, os super-ricos e sua condição privilegiada são defendidos com unhas e dentes pelos terríveis Guerreiros do Capital Alheio, membros da classe trabalhadora que não se veem como tais e que vão às últimas consequências para defenderem os privilégios dos bilionários e multimilionários.

Eles acreditam que estão fazendo justiça ao defender a injustiça tributária. Projetam-se nos mais ricos e, sonhando um dia chegar lá, desejando que a condição deles seja mantida para, quem sabe, também

poderem delas usufruir. Não se importam com as consequências negativas da desigualdade na estrutura social, contanto que sua chance de um em um milhão de fazer parte do topo da pirâmide seja mantida.

Caem no conversê fácil de que, ao taxar ricos acionistas de empresas, o país abre espaço para taxar empreendedores, ignorando que alguém que ganhar três salários mínimos já paga proporcionalmente mais imposto do que alguém que ganha 33. Dizem que ao serem menos taxados, os ricos abrem mais empregos, mesmo que o destino de muito dividendo seja acúmulo e luxo. Compram a ideia de um Estado mínimo e, ao mesmo tempo, demandam melhor educação, saúde, segurança, opções de cultura e lazer e transporte públicos e gratuitos.

Combater a desigualdade não resolve de vez os problemas do país, mas é uma ação fundamental para indicar o tipo de sociedade que gostaríamos de construir: um país que acredita na redução das regras para ricos e pobres como pré-condição para o desenvolvimento coletivo ou um que tem um orgasmo toda vez que um bilionário brasileiro sobe um degrau no ranking de bilionários globais da Forbes.

A desigualdade dificulta que as pessoas vejam a si mesmas e as outras pessoas como iguais e merecedoras da mesma consideração. Leva à percepção de que o poder público existe para servir aos mais abonados e controlar os mais pobres. Ou seja, para usar a polícia e a política a fim de proteger os privilégios do primeiro grupo, usando violência contra o segundo, se necessário for. Com o tempo, a desigualdade leva à descrença nas instituições. O que ajuda a explicar o momento em que vivemos hoje.

A taxação dos dividendos seria apenas a ponta do iceberg apenas. Tributar os super-ricos pode arrecadar cerca de R\$ 292 bilhões anuais - dados de 2021. É o que defendem a Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital (Fenafisco), a **Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Anfip)**, os Auditores Fiscais pela Democracia (AFD), o Instituto Justiça Fiscal (IJF), entre outras instituições, em uma série de frentes, da renda ao patrimônio. Mas uma ponta difícil de transpor.

Como já disse aqui, o Brasil é um transatlântico de

passageiros, com divisões de diferentes classes, com os mais ricos tendo mais conforto em suas cabines. Não estou entrando no mérito de como chegamos a essa situação, nem propondo uma revolução imediata para que cabines diferenciadas deixem de existir. Mas é fundamental que a terceira classe conte com a garantia de um mínimo de dignidade e primeira classe pague passagem progressivamente proporcional à sua renda.

Enquanto isso, seguimos parecidos como um navio remado por trabalhadores que, a qualquer sinal de tempestade, aumenta a frequência do estalar do chicote enquanto poupa meia dúzia de passageiros ricos. Ironicamente, uma parte dos remadores não questiona a exploração, mas rema sonhando feliz ao ver a imagem dos mais ricos glamourizando no Instagram.

Site: <https://noticias.uol.com.br/colunas/leonardo-sakamoto/2025/03/19/o-estranho-caso-do-trabalhador-que-luta-para-super-rico-nao-ser-taxado.htm>

Governo envia ao Congresso proposta que amplia isenção do Imposto de Renda

Guilherme Pimenta, Jéssica Sant'Ana, Fabio Murakawa e Ruan Amorim De Brasília

O governo enviou na terça-feira (18) ao Congresso Nacional a proposta que isenta de pagamento de Imposto de Renda (IR) quem ganha até R\$ 5 mil ao mês, com descontos para quem tem rendimentos de até R\$7mil mensais, uma das principais medidas para tentar elevar a atual baixa popularidade do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que busca a reeleição em 2026.

Em contrapartida, para compensar a renúncia anual de receita, a proposta cria um imposto mínimo para quem tem renda anual superior a R\$ 600 mil. Entrará nesse cálculo o recebimento de dividendos, que hoje são isentos de IR. Os dividendos terão uma retenção na fonte de 10% caso a pessoa física que resida no Brasil receba mais de R\$ 50 mil ao mês de dividendo por empresa. No caso de investidor não residente, vale a mesma alíquota, que incidirá a qualquer valor, abarcando também distribuição feita para pessoas jurídicas no exterior.

Ao apresentar a proposta no Palácio do Planalto, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse que a reforma "mexe numa ferida social de longa data", ao tributar os mais ricos para isentar a camada de trabalhadores celetistas da população.

Ele também disse que o projeto é "equilibrado do ponto de vista fiscal" e que "busca a justiça social".

"Não se pretende nem arrecadar mais nem arrecadar menos", afirmou Haddad na cerimônia.

Com a presença do presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos- PB), o presidente Lula, logo na sequência, pediu que o Congresso não piore a proposta. O parlamentar, por sua vez, adiantou que o Legislativo fará alterações e sinalizou ajustes nas medidas de compensação, ao defender justiça social com responsabilidade fiscal.

"Eu sempre digo que quando a gente manda um projeto para o Congresso Nacional, um PL ou uma MP, que o Congresso passa a ser dono do projeto e, portanto, ele tem o direito de fazer as mudanças que achar necessárias", afirmou Lula. "Eu espero que se for para mudar para melhor ótimo, para piorar jamais.

Esse é um lema que temos que adotar", falou o chefe do Executivo.

Isenção de R\$ 5 mil

Se aprovadas pelo Congresso, as novas regras entram em vigor somente em janeiro de 2026. Segundo o texto, quem recebe até R\$ 5 mil ao mês não pagará mais IR a partir do ano que vem, medida que vai beneficiar mais 10 milhões de brasileiros, totalizando 26 milhões de pessoas isentas do tributo. Hoje, a faixa isenta é de R\$ 2.259,20, mas, na prática, vem sendo aplicado um desconto simplificado que garante isenção para quem recebe até 2 salários mínimos.

Desconto para até R\$ 7 mil

A proposta também estabelecerá uma espécie de "escadinha" para quem tem rendimentos entre R\$ 5 mil até R\$ 7 mil por mês, com descontos progressivos a depender do salário.

Assim, segundo cálculos do Ministério da Fazenda, quem recebe R\$ 6 mil, por exemplo, terá um desconto de 50% no recolhimento do imposto. Nessa situação, o imposto a pagar cai de R\$ 574,29 para R\$ 417,85, segundo os cálculos.

Esse modelo de desconto foi estabelecido para evitar que eventual reajuste salarial para quem tem o rendimento de R\$ 5 mil automaticamente onerasse a isenção do IR.

Renúncia fiscal

Segundo o Ministério da Fazenda, a ampliação da isenção do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF) resultará numa renúncia de receita de R\$ 25,84 bilhões em 2026 e de R\$ 27,72 bilhões em 2027. O imposto mínimo, por outro lado, deve resultar numa arrecadação de R\$ 34,14 bilhões e de R\$ 39,18 bilhões em 2026 e 2027, respectivamente, ou seja, acima da renúncia de receita.

A sobra de arrecadação será usada para restituir o imposto de parte desses contribuintes, já que o tributo sobre dividendos será retido na fonte e, o que for cobrado a mais, será devolvido no ano seguinte.

Ainda assim, técnicos da pasta admitem que, embora o dinheiro seja devolvido, haverá um ganho de fluxo em 2026, ano eleitoral no qual o governo deve estabelecer uma meta de superávit primário de 0,25% do Produto Interno Bruto (**PIB**).

O secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Dario Durigan, negou que o governo esteja buscando superávit primário com a proposta, mesmo com a sobra de R\$ 8,3 bilhões entre a possível arrecadação e renúncia de receita em 2026 com a medida. Como há dificuldade de mensurar o impacto exato da proposta, ele afirmou que, por isso, a medida vai com alguma margem de manobra do ponto de vista orçamentário.

Durigan afirmou também que "há um acordo, um entendimento" para que a proposta tenha neutralidade fiscal durante a tramitação no Congresso, ao ser questionado sobre os riscos de os parlamentares aprovarem somente a isenção, sem a taxação da alta renda.

Compensação

A alíquota mínima efetiva de IR proposta pelo governo deverá atingir 141 mil pessoas que acumulam rendimentos a partir de R\$ 600 mil por ano, o que representa 0,13% do total dos contribuintes do Imposto de Renda e 0,06% da população brasileira, segundo o secretário da **Receita Federal**, Robinson Barreirinhas.

Serão três regras para saber se a pessoa será ou não atingida pela alíquota mínima efetiva. Primeiro, será definido se a pessoa se enquadra no critério de "super rico", ou seja, se tem renda superior a R\$ 600 mil por ano. Para isso, a **Receita Federal** contabilizará todas as rendas da pessoa, como salário, dividendos e aplicações isentas, como LCI, LCA, CRI e CRA - que não serão tributadas, servirão apenas para enquadramento.

Serão excluídos do cálculo de enquadramento apenas herança ou do ação em vida a herdeiro, ganho de capital (exemplo, venda de imóvel) e rendimentos recebidos acumuladamente (por exemplo, um servidor que ganha uma ação na Justiça).

Caso a renda dessa pessoa fique acima de R\$ 600 mil, ela estará sujeita à alíquota mínima efetiva, que subirá progressivamente, até atingir 10% para pessoas com renda a partir de R\$ 1,2 milhão por ano.

A cada R\$ 60 mil de renda acima de R\$ 600 mil, a alíquota sobe aos poucos. Dessa forma, quem tem renda de R\$ 600 mil por ano terá alíquota efetiva igual

a zero. Quem tem renda de R\$ 900 mil por ano, por exemplo, ficará sujeito a uma alíquota mínima efetiva de 5%.

Feita essa filtragem do público alvo do imposto mínimo, será aplicada a alíquota sobre a base de cálculo, que excluirá seguintes rendimentos: poupança, títulos e valores mobiliários, como LCI, LCA, CRA e CRI (exceto ações), aposentadoria e pensão por moléstia grave, e ações por dano moral, material (exceto lucro cessante) e trabalhista.

Se a tributação efetiva sobre a base de cálculo for menor que a alíquota mínima, o contribuinte precisará pagar a diferença até chegar a esse patamar mínimo.

Se for maior, nada muda.

Por exemplo, se um contribuinte com renda anual de R\$ 1,2 milhão pagou 8% de IR, terá que pagar mais 2% para atingir os 10%. Se o mesmo contribuinte já tiver pago 12% de IR, não pagará nada a mais.

Trabalhadores CLT que recebem mais de R\$ 50 mil também não são afetados. Quem recebe R\$ 600 mil de salário, por exemplo, já está na tabela progressiva do IR e tem a maior parte da renda na faixa dos 27,5% e paga o tributo na fonte.

Dividendos

No caso dos dividendos, haverá uma retenção de 10% na fonte, ou seja, no ato da distribuição, para o acionista que receber, no Brasil, ao menos R\$ 50 mil ao mês, por empresa.

Para o acionista não residente, o recolhimento na fonte incidirá tanto para pessoa física quanto para pessoa jurídica. Além disso, não haverá o patamar mínimo de R\$ 50 mil/mês por empresa, nesse caso.

Ou seja: qualquer remessa de dividendo recebida por quem está fora do país terá a retenção de 10%, independentemente do valor.

Na declaração anual, se for observada que a pessoa recolheu acima da alíquota mínima efetiva da sua faixa de rendimentos, será feita uma devolução, na forma de restituição. O mesmo vale para o dividendo recebido no exterior, segundo a proposta.

Para esse cálculo da devolução, a Receita observará a soma da alíquota efetiva da pessoa física mais a alíquota efetiva paga pela jurídica (a empresa), que é o efetivamente pago pelo lucro auferido. Essa soma não poderá ultrapassar a alíquota nominal de 34% cobrada das empresas em geral, ou de 45% no caso das instituições financeiras e de 40% das

resseguradoras.

O Valor apurou que, na versão anterior enviada ao Congresso, a alíquota de retenção dos dividendos era de 7,5%. Um dos motivos para o aumento, segundo técnicos, é para haver espaço para eventuais cortes no Congresso.

IRPJ

O governo não propôs mudança na alíquota do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ). Segundo o secretário de Reformas Econômicas do Ministério da Fazenda, Marcos Pinto, a criação de um imposto mínimo efetivo sobre as altas rendas não exige redução da alíquota da pessoa jurídica. Ele disse que esse é um padrão adotado pelos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

"[Reforma] mexe numa ferida social de longa data"
Fernando Haddad

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/188143>

A nova regra na prática

Projeto prevê 'escadinha' para tributar mais ricos

Para quem ganha até R\$ 7 mil por mês - em R\$

| Renda mensal | Desconto (%) | Imposto sem desconto | Imposto final a pagar |
|--------------|--------------|----------------------|-----------------------|
| 5.000,00 | 100 | 312,89 | - |
| 5.500,00 | 75 | 436,79 | 202,13 |
| 6.000,00 | 50 | 574,29 | 417,85 |
| 6.500,00 | 25 | 711,79 | 633,57 |
| 7.000,00 | 0 | 849,29 | 849,29 |

Para quem ganha a partir de R\$ 600 mil por ano - em R\$

| Renda mensal | Alíquota final (%) | Imposto mínimo a pagar |
|--------------|--------------------|------------------------|
| 600.000,00 | 0 | - |
| 750.000,00 | 2,5 | 18.750 |
| 900.000,00 | 5 | 45.000 |
| 1.050.000,00 | 7,5 | 78.750 |
| 1.200.000,00 | 10 | 120.000 |

Principais pontos da proposta

Tabela do IR

Isenção total de IR para pessoa física que ganha até **R\$ 5 mil**

Isenção parcial de IR para pessoa física que ganhar de **R\$ 5 mil** até **R\$ 7 mil**

Acima de **R\$ 7 mil**: aplicação da tabela do **IR progressiva normalmente**

Medida de compensação

Criação de um imposto mínimo efetivo para altas rendas

Imposto mínimo efetivo será cobrado de pessoas com renda anual acima de **R\$ 600 mil**

Alíquota vai variar entre **0%**, para quem ganha até **R\$ 600 mil**, chegando a **10%** para renda a partir de **R\$ 1,2 milhão**

Dividendos

Alíquota de recolhimento na fonte de dividendos pagos no Brasil **acima de R\$ 50 mil/mês por empresa** será de **10%** e incidirá somente na distribuição para pessoa física

Alíquota de recolhimento na fonte de dividendos a acionista no exterior será de **10% sobre qualquer valor** e valerá para pessoas física e jurídica

Veja rendimentos que continuarão isentos do Imposto de Renda no projeto do governo

Cristiane Gercina

O governo federal pretende ampliar a faixa de isenção do Imposto de Renda e zerar a cobrança do tributo para quem ganha até R\$ 5.000. A medida atende promessa de campanha do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e foi anunciada nesta terça-feira (17).

Segundo o projeto, além da isenção total do IR para salários até R\$ 5.000, profissionais com renda entre 5.001 e R\$ 7.000 terão um desconto progressivo e pagarão menos imposto. Para compensar, será criado o imposto mínimo de 10% para rendas entre R\$ 600 mil e acima de R\$ 1 milhão por ano.

O Planalto afirma, no entanto, que não acabará com nenhum tipo de isenção já prevista da legislação atual do Imposto de Renda, mantendo vantagens para aposentados com doença grave, para quem tem rendimentos em caderneta de poupança e as deduções do IR, incluindo gastos com saúde.

"Não se pretende nem arrecadar mais, nem arrecadar menos, se pretende fazer justiça. Se pretende garantir que as famílias até essa renda possam ter até o final do mês um alívio, um aconchego maior", disse o ministro Fernando Haddad (Fazenda) na cerimônia de anúncio da medida.

O governo classifica o projeto como "neutro", já que onera um grupo com renda maior e que hoje paga menos imposto, e retira a carga de quem ganha menos. O imposto mínimo afetará 141,4 mil contribuintes.

No caso da isenção de até R\$ 5.000, serão beneficiados 10 milhões de cidadãos, que se somarão a outros 10 milhões de isentos, totalizando R\$ 20 milhões de contribuintes. A medida vai custar cerca de R\$ 27 bilhões aos cofres públicos, que serão compensados com o imposto mínimo para os ricos.

Para calcular a cobrança do IR sobre a alta renda, o cidadão terá de fazer a declaração do Imposto de Renda em 2027 -primeira declaração que terá os impactos da mudança- normalmente, informando todos os seus ganhos e gastos.

Segundo a Fazenda, o programa do Imposto de Renda somará toda a renda recebida no ano, incluindo

salário, aluguéis, dividendos e outros rendimentos para fazer o cálculo.

Se, no ano, a soma for menor que R\$ 600 mil, não há cobrança adicional do IR. Se ultrapassar esse valor, aplica-se uma alíquota que cresce gradualmente até 10%, atingindo quem ganha R\$ 1,2 milhão ou mais.

O cálculo final será feito pelo programa na apresentação da declaração. Com isso, o impacto será sentido apenas na prestação de contas do IR de 2027, que terá como base o ano de 2026.

Na conta para saber o valor do imposto devido, alguns rendimentos são excluídos e continuam isentos.

Não há previsão de mudanças nas deduções do IR. Hoje, contribuintes têm desconto com dependentes, educação, saúde, pagamento de previdência privada, contribuição do autônomo ao **INSS** e carnê-leão. Essas deduções garante restituição maior do Imposto de Renda e seguem valendo como estão.

Para gastos com educação e dependentes, há limite mensal e anual de dedução. Para gastos com saúde, não há nenhuma limitação. No caso da previdência privada é possível deduzir até 12% do imposto pago no ano.

Alguns gastos no ano garantem dedução no Imposto de Renda, isso faz com que o cidadão pague menos imposto ou tenha uma restituição maior.

Contribuintes aposentados por doenças graves previstas em lei têm direito à isenção do IR sobre valores de aposentadoria e pensão. Neste caso, é preciso de laudo de médico do perito do **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social) ou de previdência próprias.

Veja abaixo a lista das doenças que podem garantir isenção:

Aids (Síndrome da Imunodeficiência Adquirida);

Alienação mental;

Cardiopatia grave;

Cegueira (inclusive monocular);

Contaminação por Radiação;

Doença de Paget em estados avançados (Osteíte Deformante);

Doença de Parkinson;

Esclerose múltipla;

Espondiloartrose anquilosante;

Fibrose cística (Mucoviscidose);

Hanseníase;

Nefropatia grave;

Hepatopatia grave;

Neoplasia maligna;

Paralisia irreversível e incapacitante;

Tuberculose ativa

Site:

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2025/03/veja-rendimentos-que-continuarao-isentos-do-imposto-de-renda-no-projeto-do-governo.shtml>

Lucro de planos de saúde em 2024 passa de R\$ 10 bilhões

O lucro das operadoras de planos de saúde médico-hospitalares quintuplicou de 2023 para 2024: saiu de R\$ 1,9 bilhão em 2023 para R\$ 10,2 bilhões, uma alta de 436,8%, informou o blog da colunista do GLOBO Miriam Leitão. E o melhor resultado dos planos de saúde desde 2020, quando teve início a pandemia de Covid-19.

As empresas avaliam que o dado mais relevante para o setor não é o lucro líquido, mas o resultado operacional, que exclui os ganhos financeiros -já que são obrigadas a manter volumes altos de provisão. Mas neste item a performance também foi positiva: as empresas saíram de um prejuízo operacional de R\$ 5,94 milhões, em 2023, para um lucro de R\$ 3,96 bilhões em 2024, o primeiro em quatro anos.

De acordo com os dados divulgados ontem pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), o resultado dos planos odontológicos e administradoras de benefícios, somado aos de operadoras médico-hospitalares, foi de R\$11,07 bilhões.

AMBIENTE ESTÁVEL

A Federação Nacional de Saúde Suplementar (Fena-Saúde), representante das maiores operadoras de planos de saúde do país, afirmou em nota que o resultado de 2024 "reflete o aprofundamento de um grande esforço de gestão feito pelas empresas". A entidade diz que "os resultados positivos criam um ambiente mais estável que beneficia os usuários, ao permitir maior previsibilidade e melhores condições para a oferta de planos".

-Foi uma longa e lenta recuperação, depois dos anos mais difíceis e desafiadores que o setor enfrentou em mais de 25 anos. A saúde suplementar foi intensamente desafiada pela pandemia da Covid-19, especialmente por condições e coberturas muito mais abrangentes, determinadas por mudanças legislativas e regulatórias nos últimos anos. Mas as operadoras foram bem-sucedidas no esforço de buscar mais racionalidade nos custos e maior sustentabilidade para garantir ainda mais qualidade nos serviços que oferecem - afirmou Vera Valente, diretora executiva da FenaSaúde.

Em 2022, o setor teve um prejuízo de R\$ 500 milhões.

O diretor de Normas e Habilitação da ANS, Jorge Aquino, afirma que as mensalidades dos planos foram fundamentais para o lucro no ano passado:

- Se o resultado de 2023 mostrava que as empresas saíram do CTI, o de 2024 é certamente correspondente a uma alta médica. O setor pesou a mão nos reajustes.

A sinistralidade -que é a relação entre o pagamento das mensalidades e os gastos assistenciais -caiu de 87% para 83,8%. Entre todas as modalidades, a maior redução de sinistralidade foi registrada nas de medicina de grupo: o percentual caiu de 83,1% para 77,8%, a menor do setor.

-A queda da sinistralidade está relacionada aos reajustes, que foram maiores no ano passado, e à negociação com os prestadores de serviços -afirmou Aquino.

A única modalidade que teve aumento na sinistralidade foi a de empresas de autogestão (sem fins lucrativos, normalmente direcionadas a **servidores públicos**, a uma classe profissional ou empresa específica), que passou de 92% para 95%. Isso significa que, de cada R\$ 100 recebidos das mensalidades dos usuários, as operadoras de autogestão

gastaram, em média, R\$ 95 com o custo assistencial.

O economista Lucas Andrietta, coordenador do programa de Saúde do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idee), avalia que os bons resultados dos planos de saúde em 2024 mostram que o setor é financeiramente sustentável:

-A realidade é que o setor de planos goza amplamente de incentivos fiscais e da frouxidão regulatória da ANS -disse Andrietta.

Do recorde de 52,2 milhões de usuários no ano passado, o setor recebeu 20.587 queixas sobre mensalidades e reajustes (0,045% do total de usuários), contra 15.580 em 2023. As reclamações por meio da notificação NIP, um procedimento administrativo que permite aos beneficiários de planos reclamar da operadora e resolver conflitos de forma amigável, apontaram 64.721 queixas sobre reembolso

(0,12% do total de usuários); 103.464 queixas sobre regras de acesso ao atendimento (0,20%); 55.788 sobre prazos máximo de atendimento (0,11%); e 24.419 sobre rescisão contratual (0,05% do total de clientes).

-Esperamos que os bons resultados favoreçam os pacientes, com menos negativas de cobertura e reajustes de preços justos - afirmou a médica Ligia Bahia, do Instituto de Saúde Coletiva da UFRJ.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

País terá US\$ 1,51 bi do Banco Mundial

Estevão Taiar De Brasília

O Conselho de Administração do Banco Mundial aprovou nesta terça-feira US\$ 1,516 bilhão em empréstimos para o Brasil. Do total, US\$ 1 bilhão será destinado para o governo federal, em uma modalidade de aporte que não era usada há mais de 15 anos, e US\$ 516 milhões serão destinados para quatro Estados. A quantia total está ligada à estratégia mais recente da instituição para o país, que ontem completou um ano e que busca promover avanços em três frentes: crescimento econômico, por meio do aumento da produtividade; combate às mudanças climáticas; e inclusão de minorias na economia formal.

"Os números sinalizam um grande alinhamento do governo brasileiro e dos governos estaduais [com a estratégia do Banco Mundial]", disse ao Valor o diretor para o Brasil da instituição, Johannes Zutt. O número 1 do Banco Mundial no país calcula que os empréstimos da instituição para o Brasil no ano fiscal que vai de julho de 2024 a junho de 2025 somarão aproximadamente US\$ 4 bilhões, contra US\$ 2 bilhões no ano fiscal anterior.

O desembolso mais significativo aprovado ontem foi o de US\$ 1 bilhão para a União. O aporte faz parte de uma modalidade do Banco Mundial chamada Development Policy Loan (Empréstimo para Desenvolvimento de Políticas Públicas, em tradução livre, e DPL na sigla em inglês), um tipo de "apoio orçamentário, que vai direto para o Ministério da Fazenda" e que é liberado depois que algumas metas pré-estabelecidas pela instituição de fomento são alcançadas, de acordo com Zutt. Ele cita como exemplos dessas metas: **reforma tributária** sobre consumo; arcabouço fiscal; títulos soberanos sustentáveis; Ecoinvest; aprimoramento dos mecanismos de controle do Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico). A última vez que o Banco Mundial fez um aporte desse tipo para o governo federal do Brasil foi em 2009.

O montante será usado para iniciativas como: fortalecimento do Bolsa Verde, programa que paga trimestralmente R\$ 600 para que famílias que vivem em reservas extrativistas ou florestas nacionais, por exemplo, ajudem na conservação da fauna e flora locais; aumento, dos atuais 40% para 50% até 2026, dos recursos federais usados na alimentação escolar e destinados para agricultores familiares; apoio ao Plano de Transformação Ecológica conduzido pelo Ministério da Fazenda.

O empréstimo precisará ser pago ao longo de 19 anos, com carência nos cinco primeiros anos.

As taxas de juros por sua vez serão baseadas na Secured Overnight Financing Rate (SOFR, na sigla em inglês), calculada pela unidade de Nova York do Federal Reserve (Fed, o banco central americano).

Já os outros quatro empréstimos fazem parte da modalidade mais tradicional de desembolsos realizados pelo Banco Mundial e terão como destino: Espírito Santo, que receberá US\$ 162,4 milhões para aumentar "a resiliência e a segurança da infraestrutura viária" do Estado; Rio Grande do Sul, com US\$ 50 milhões para o Programa Progestão, que tem entre seus objetivos "modernizar as estruturas de governança" e "melhorar a gestão financeira em setores-chave, como educação, saúde e assistência social"; São Paulo, que receberá US\$ 250 milhões para expandir a Linha 2 do Metrô; Sergipe, com US\$ 53,6 milhões para o Projeto de Aceleração Digital Eficiente, que tem como metas "ampliar o acesso à banda larga" para escolas, hospitais e instituições públicas, introduzir programas de alfabetização digital em comunidades marginalizadas e "reduzir custos e emissões de carbono em edifícios públicos".

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/188143>

Motta sinaliza mudanças no projeto enviado pelo governo

Marcelo Ribeiro, Fabio Murakawa, Murillo Camarotto, Caetano Tonet e Gabriela Guido De Brasília

O presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB) sinalizou na terça-feira (18) que o Legislativo fará mudanças no projeto de lei que amplia a isenção do Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5 mil. O texto prevê compensar a perda de receita com a tributação adicional de contribuintes que recebem mais de R\$ 600 mil.

Presente à cerimônia no Palácio do Planalto, Motta sugeriu ajustes na fórmula de compensação apresentada pelo governo.

Na fala, também propôs que o texto trate de medidas mais abrangentes relacionadas às contas públicas, como revisão de isenções tributárias.

"O Congresso certamente fará alterações nessa matéria para que ao longo dos próximos meses possamos elaborar a melhor proposta para o país", afirmou Motta, que chefia a Casa que analisará primeiro o texto do Executivo.

Ao dizer que é médico e não economista, Motta fez uma analogia com a medicina ao falar que é preciso "dizer a verdade ao paciente", em sinalização à relação entre Legislativo e Executivo. "Não podemos dizer que está tudo bem quando tem algum problema.

Nessa questão de lealdade, diremos ao senhor [presidente Lula] que o Congresso terá lealdade nessa matéria", pontuou, afirmando também que encaminhará a medida com "sensibilidade".

O governo afirma que, com a taxação sobre os super-ricos, a proposição é neutra - ou seja, mantém as contas equilibradas.

Apesar disso, Motta afirmou, se dirigindo ao ministro da Fazenda, Fernando Haddad, ser necessário encontrar "a melhor forma para se encontrar essa neutralidade".

Em seguida, afirmou que quer tratar também de outras medidas fiscais.

"Queremos discutir mais. Queremos discutir eficiência da máquina pública, queremos discutir algo que possa

trazer para o cidadão um serviço público de melhor qualidade. Também queremos discutir, ministro Haddad, pontos importantes no que diz respeito às isenções tributárias que hoje o Brasil tem", afirmou.

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), também assegurou que a Casa tratará a proposta com atenção. Ele não comentou, porém, sobre a medida proposta pelo governo para compensar a isenção ampliada.

"Uma medida que faz parte da **reforma tributária** e reforça o compromisso com o equilíbrio e o desenvolvimento econômico do país.

No Senado, daremos a devida atenção a essa matéria [projeto do IR], analisando-a com zelo e responsabilidade, sempre em busca de mais justiça social e de um Brasil mais próspero para todos. Seguimos firmes nessa missão", declarou em nota o presidente do Senado.

Alcolumbre não participou da cerimônia com no Planalto, pois no mesmo momento estava em uma sessão solene no Senado sobre os 40 anos da redemocratização, com a presença do ex-presidente José Sarney.

Também ontem, o líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA), defendeu a proposta nas redes sociais. "Não dá para aceitar que os que ganham mais de R\$ 50 mil por mês (ou R\$ 600 mil por ano) paguem pouco ou nada de Imposto de Renda", disse.

Site: <https://valor.globo.com/virador/#!/edition/188143>

Desonerar a classe média amplia poder de consumo , afirma Rollemberg (ENTREVISTA)

José Albuquerque* +

A expectativa para o mandato de deputado federal após dois anos das eleições foi um dos temas do CB. Poder - parceria entre o Correio Braziliense e a TV Brasília - nessa terça-feira (18/3), que teve como convidado, o secretário de Economia Verde, Descarbonização e Bioindústria do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio, Rodrigo Rollemberg (PSB).

Às jornalistas Denise Rothenburg e Ana Maria Campos, o ex-governador do DF falou sobre como pretende atuar em relação a pautas que o aguardam quando assumir o mandato na Câmara Federal, como a anistia para os envolvidos no episódio do 8 de Janeiro e a isenção do imposto de renda para quem ganha até R\$ 5 mil. Rollemberg deu como certa a candidatura do presidente da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), Ricardo Capelli, ao governo do Distrito Federal pelo PSB.

Como é que o senhor pretende atuar na Câmara em relação à isenção do Imposto de Renda para quem recebe até R\$ 5 mil?

Para garantir a isenção do imposto de renda para quem recebe até R\$ 5 mil, é essencial conversar com os parlamentares, especialmente os da Comissão de Orçamento. O mais importante é melhorar as condições da classe média brasileira, que paga muitos **impostos**. Nosso sistema tributário é injusto, embora tenha melhorado com a **Reforma Tributária**, uma grande conquista do governo do presidente Lula. Desonerar a classe média ampliará seu poder de consumo, impulsionando a economia.

O que falta para o senhor assumir?

Acho que esta semana o Supremo Tribunal Federal (STF) deve publicar a ata da reunião. Espero que, com isso, o Tribunal Regional Eleitoral (TRE) possa fazer nossa diplomação e, em seguida, o presidente da Câmara nos dê posse. Já perdemos dois anos e três meses de mandato, e quem perde é a população que votou. É importante registrar que esses sete deputados que vão entrar tiveram mais do que o dobro

dos votos dos sete que vão sair. Para quem pegou a novela agora, vale explicar que temos maioria no STF desde junho do ano passado, quando houve uma recontagem de votos e uma nova interpretação. Estávamos com quatro votos a um quando o ministro André Mendonça pediu destaque. Logo depois, dois ministros anteciparam seus votos e, no dia 21 de junho, já tínhamos seis a um, ou seja, maioria no Supremo. Mesmo assim, tivemos que esperar nove meses para uma reunião presencial, onde os ministros repetiram seus votos e concluíram a votação. Agora, qualquer tentativa de protelar esse processo é um desrespeito à vontade popular.

Como o senhor se sente chegando ao Congresso, neste momento conturbado no país, neste debate em relação à anistia?

Eu me sinto muito à vontade, porque sempre fui uma pessoa ponderada, equilibrada e busquei fazer justiça. Vamos analisar todos os temas com cuidado e profundidade, ouvindo todos os dados antes de tomar uma posição política. Não tenho constrangimento nenhum, mas é importante registrar que o que vivemos no Brasil foi algo extremamente grave. Houve uma articulação envolvendo altos oficiais das Forças Armadas, com a participação e conhecimento do presidente da República, que será julgado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) nos próximos dias. Vários outros envolvidos planejavam não apenas um golpe de Estado, mas também o assassinato de um presidente, de um vice-presidente e de um ministro do STF. É algo muito sério. Claro que não podemos tratar essas pessoas da mesma forma que um manifestante que estava ali, mas também não podemos minimizar a gravidade dos fatos.

O seu partido, o PSB, tem um nome colocado como possível candidato ao governo, que é o do Ricardo Capelli. Na sua avaliação, isso está definido?

Sobre a candidatura ao governo do Distrito Federal, Ricardo Capelli será nosso candidato. Ele teve um papel fundamental ao assumir a Segurança Pública durante a intervenção federal por omissão do governo do Distrito Federal. Conhece profundamente a região e tem se aproximado dos problemas da população,

morando em locais como Sol Nascente, Santa Maria e Estrutural. Tem experiência no Executivo, ajudou o então governador do Maranhão Flavio Dino, atuou no Ministério do Esporte e, agora, na Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), conhecendo os desafios da indústria. Tenho convicção de que é o nome mais forte para unir o campo progressista na disputa pelo governo do Distrito Federal.

*Estagiário sob a supervisão de Malcia Afonso

Veja a entrevista na íntegra:

A expectativa para o mandato de deputado federal após dois anos das eleições foi um dos temas do CB. Poder - parceria entre o Correio Braziliense e a TV Brasília - nessa terça-feira (18/3), que teve como convidado, o secretário de Economia Verde, Descarbonização e Bioindústria do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio, Rodrigo Rollemberg (PSB).

Às jornalistas Denise Rothenburg e Ana Maria Campos, o ex-governador do DF falou sobre como pretende atuar em relação a pautas que o aguardam quando assumir o mandato na Câmara Federal, como a anistia para os envolvidos no episódio do 8 de Janeiro e a isenção do imposto de renda para quem ganha até R\$ 5 mil. Rollemberg deu como certa a candidatura do presidente da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), Ricardo Capelli, ao governo do Distrito Federal pelo PSB.

Como é que o senhor pretende atuar na Câmara em relação à isenção do Imposto de Renda para quem recebe até R\$ 5 mil?

Para garantir a isenção do imposto de renda para quem recebe até R\$ 5 mil, é essencial conversar com os parlamentares, especialmente os da Comissão de Orçamento. O mais importante é melhorar as condições da classe média brasileira, que paga muitos **impostos**. Nosso sistema tributário é injusto, embora tenha melhorado com a **Reforma Tributária**, uma grande conquista do governo do presidente Lula. Desonerar a classe média ampliará seu poder de consumo, impulsionando a economia.

O que falta para o senhor assumir?

Acho que esta semana o Supremo Tribunal Federal (STF) deve publicar a ata da reunião. Espero que, com isso, o Tribunal Regional Eleitoral (TRE) possa fazer nossa diplomação e, em seguida, o presidente da Câmara nos dê posse. Já perdemos dois anos e três meses de mandato, e quem perde é a população que votou. É importante registrar que esses sete deputados que vão entrar tiveram mais do que o dobro

dos votos dos sete que vão sair. Para quem pegou a novela agora, vale explicar que temos maioria no STF desde junho do ano passado, quando houve uma recontagem de votos e uma nova interpretação. Estávamos com quatro votos a um quando o ministro André Mendonça pediu destaque. Logo depois, dois ministros anteciparam seus votos e, no dia 21 de junho, já tínhamos seis a um, ou seja, maioria no Supremo. Mesmo assim, tivemos que esperar nove meses para uma reunião presencial, onde os ministros repetiram seus votos e concluíram a votação. Agora, qualquer tentativa de protelar esse processo é um desrespeito à vontade popular.

Como o senhor se sente chegando ao Congresso, neste momento conturbado no país, neste debate em relação à anistia?

Eu me sinto muito à vontade, porque sempre fui uma pessoa ponderada, equilibrada e busquei fazer justiça. Vamos analisar todos os temas com cuidado e profundidade, ouvindo todos os dados antes de tomar uma posição política. Não tenho constrangimento nenhum, mas é importante registrar que o que vivemos no Brasil foi algo extremamente grave. Houve uma articulação envolvendo altos oficiais das Forças Armadas, com a participação e conhecimento do presidente da República, que será julgado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) nos próximos dias. Vários outros envolvidos planejavam não apenas um golpe de Estado, mas também o assassinato de um presidente, de um vice-presidente e de um ministro do STF. É algo muito sério. Claro que não podemos tratar essas pessoas da mesma forma que um manifestante que estava ali, mas também não podemos minimizar a gravidade dos fatos.

O seu partido, o PSB, tem um nome colocado como possível candidato ao governo, que é o do Ricardo Capelli. Na sua avaliação, isso está definido?

Sobre a candidatura ao governo do Distrito Federal, Ricardo Capelli será nosso candidato. Ele teve um papel fundamental ao assumir a Segurança Pública durante a intervenção federal por omissão do governo do Distrito Federal. Conhece profundamente a região e tem se aproximado dos problemas da população, morando em locais como Sol Nascente, Santa Maria e Estrutural. Tem experiência no Executivo, ajudou o então governador do Maranhão Flavio Dino, atuou no Ministério do Esporte e, agora, na Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), conhecendo os desafios da indústria. Tenho convicção de que é o nome mais forte para unir o campo progressista na disputa pelo governo do Distrito Federal.

*Estagiário sob a supervisão de Malcia Afonso

Veja a entrevista na íntegra:

Site: <https://www.correiobraziliense.com.br/cidades-df/2025/03/7087594-desonerar-a-classe-media-amplia-poder-de-consumo-afirma-rollemborg.html>

Milhares protestam na Colômbia para exigir que o Congresso aprove reformas de Petro

Por AFP - Bogotá

Milhares de simpatizantes do presidente da Colômbia, Gustavo Petro, tomaram as ruas das principais cidades nessa terça-feira para exigir que as reformas apresentadas pelo governo sejam aprovadas pelo Congresso, que, ao mesmo tempo, rejeitou a proposta de mudança no sistema trabalhista do país.

Em Bogotá, Medellín, Cali, Barranquilla e outras capitais, manifestantes marcharam com bandeiras e cartazes em apoio às reformas trabalhista e da saúde, principais bandeiras do primeiro governo de esquerda da Colômbia. Sem maioria no Congresso, Petro enfrenta dificuldades para concretizar seus projetos.

Na Praça de Bolívar, no centro de Bogotá, reuniram-se indígenas, camponeses e outros manifestantes para ouvir um longo discurso do presidente, que misturou críticas à oligarquia com suas habituais referências ao prêmio Nobel de literatura Gabriel García Márquez e ao libertador Simón Bolívar.

- O Congresso da Colômbia está dando as costas ao povo (...). Não somos escravos, não somos servos do poder, somos seres humanos - afirmou.

Na última quarta-feira, congressistas da oposição assinaram um parecer para arquivar o projeto de lei que buscava reformar as condições de trabalho.

Enquanto os protestos avançavam, parlamentares debatiam e, por fim, rejeitaram a reforma dentro do Congresso.

Petro denuncia um bloqueio institucional e decretou um dia cívico para permitir que **servidores públicos** participassem da manifestação.

- Estamos prontos para desmontar uma por uma as falácias usadas contra uma reforma tão necessária - declarou à imprensa o ministro do Trabalho, Antonio Sanguino, presente na marcha.

Após o golpe do Congresso contra a reforma trabalhista, Petro anunciou que convocará uma consulta popular para que a população decida o futuro do projeto.

- Os oligarcas, os donos do dinheiro, os que matam e

assassinam já saíram gritando contra a consulta popular porque têm medo do povo (...). Estão convocados, a consulta popular começa agora, a mobilização será permanente e crescente - declarou o presidente sob aplausos.

A consulta acontecerá de qualquer maneira, reforçou mais tarde o ministro do Interior, Armando Benedetti, em entrevista a veículos de comunicação.

Antes disso, o Legislativo já havia rejeitado a reforma da saúde, com a qual o governo busca reduzir a participação de empresas privadas no sistema.

Petro antecipou alguns temas da consulta, que ainda precisa ser aprovada pelo Congresso.

A primeira pergunta (...) é se a jornada de trabalho deve terminar às 18h ou às 21h, como ocorre atualmente, escreveu no X, referindo-se ao horário utilizado para calcular o pagamento de horas noturnas aos trabalhadores.

O líder de esquerda assumiu o poder em 7 de agosto de 2022 com o apoio do Congresso, que aprovou uma **reforma tributária** para aumentar **impostos** sobre os mais ricos.

No entanto, o apoio se desfez, e desde então Petro tem recorrido a seus seguidores para pressionar o Legislativo a aprovar seus projetos.

Além disso, enfrenta uma crise no gabinete com a renúncia de altos funcionários - a mais recente, nessa terça-feira, do ministro da Fazenda, Diego Guevara, anunciada pelo próprio no X, após uma conversa pessoal, tranquila e amigável com o presidente.

A oposição afirma que a convocação da consulta popular é, na verdade, o início de uma campanha oficialista com vistas às eleições presidenciais de 2026, das quais Petro não pode participar por lei.

Em uma mensagem de apoio, o ex-presidente uruguaio e referência da esquerda latino-americana, José Pepe Mujica, incentivou Petro a continuar lutando por uma humanidade melhor.

Tenho que te felicitar, ainda que muitos do seu povo não te compreendam. Continue lutando pela paz, que,

no fundo, é lutar pela vida humana. Isso, que parece tão simples e elementar, costuma ser o que mais esquecemos, disse Mujica, de 89 anos, em um vídeo divulgado nas redes sociais e reproduzido por diversos meios.

Site:

<https://oglobo.globo.com/mundo/noticia/2025/03/19/milhares-protestam-na-colombia-para-exigir-que-o-congresso-aprove-reformas-de-petro.ghtml>

Isenção do IR em aceno de Lula à classe média

» ROSANA HESSEL » VICTOR CORREIA

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva apresentou, ontem, a proposta para isentar do Imposto de Renda (IR) quem recebe até R\$ 5 mil por mês, a partir de 2026, uma das promessas de campanha do petista nas eleições de 2022. O projeto de lei (PL) foi assinado pelo chefe do Executivo em cerimônia tímida e sem claque com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos- PB), e várias autoridades no Salão Leste, o menor do Palácio do Planalto.

A proposta enviada ao Congresso, de acordo com o governo, deverá beneficiar 10 milhões de pessoas diretamente e ainda prevê uma redução gradual do IR para quem ganha mensalmente entre R\$ 5 mil e R\$ 7 mil. Já para quem ganha mais de R\$ 7 mil, não há alteração em relação à regra vigente hoje. (veja quadro).

Atualmente, 10 milhões de pessoas estão na faixa de isenção, que vai até R\$ 2.259,20, e quem ganha acima disso, até R\$ 2.826,65, é tributado em 7,5%, conforme a tabela do Imposto de Renda que tem o teto de 27,50% para quem ganha acima de R\$ 10.740,96.

O aumento dessa faixa de isenção do Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) neste ano para quem ganha até dois salários mínimos (R\$ 3.036) ainda depende da aprovação no Congresso do Projeto de Lei Orçamentária Anual (Ploa) 2025. Pelos cálculos do governo, essa mudança custará R\$ 5 bilhões aos cofres públicos.

No fim do ano passado, essa renúncia fiscal foi antecipada, juntamente com o anúncio do pacote de corte de gastos, e provocou uma forte onda de desconfiança do mercado financeiro no compromisso do governo com o equilíbrio fiscal, o que fez o dólar disparar e ser negociado acima de R\$ 6 pela primeira vez desde o Plano Real. As estimativas do mercado para o impacto dessa medida variavam entre R\$ 35 bilhões e R\$ 50 bilhões.

O impacto fiscal da isenção do Imposto de Renda para quem ganha mais de R\$ 5 mil, por sua vez, será de R\$ 25,8 bilhões aos cofres públicos a partir de 2026, conforme dados dos técnicos do Ministério da

Fazenda, divulgados ontem, no Planalto, após a cerimônia de assinatura do PL por Lula.

Eles somaram os outros R\$ 5 bilhões de impacto do aumento da faixa de isenção neste ano para chegar a um número mais próximo do que vinha sendo ventilado pela própria equipe econômica, em torno de R\$ 30 bilhões. A justificativa, segundo a pasta, está relacionada às diferenças entre o salário mínimo, que ficou maior, e a base de dados da declaração do IR de 2024, ano-calendário de 2023, que é a mais atual.

Em contrapartida, como é previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) sempre que há uma nova despesa, o PL propõe aumento de tributação de até 10% para quem ganha mais de R\$ 1,2 milhão por mês e sobre os ganhos de dividendos pagos por uma única empresa acima de R\$ 50 mil. Também serão tributadas em até 10% as remessas de dividendos ao exterior. O governo estima que 141,1 mil pessoas recebem mais de R\$ 50 mil por mês e possuem uma alíquota efetiva do Imposto de Renda de 2,5%.

Quem já paga menos do que esse percentual, após os descontos, terá de pagar o complemento até os 10%. A previsão de arrecadação com essas duas medidas compensatórias é de R\$ 34,1 bilhões a partir do ano que vem.

Para Lula e integrantes do governo, a medida traz "justiça social" ao reduzir a carga de **impostos** sobre a classe média, mas aumentá-la para as grandes rendas, de mais de R\$ 50 mil mensais - ou R\$ 600 mil por ano. Ele e autoridades da equipe econômica garantiram que não haverá mudança na arrecadação federal.

"Esse projeto não vai aumentar um centavo na carga tributária da União. O que nós estamos fazendo é apenas uma reparação.

Estamos falando que 141 mil pessoas que ganham acima de R\$ 600 mil, de R\$ 1 milhão (por ano), vão contribuir para que 10 milhões de brasileiros não paguem Imposto de Renda. É simples assim", declarou Lula, durante a cerimônia que contou com a presença de lideranças do Congresso.

"É como dar um presente para uma criança: não vai machucar ninguém, não vai deixar ninguém pobre",

acrescentou.

Alíquota mínima Por outro lado, quem possui renda acima de R\$ 50 mil por mês, incluindo dividendos, terá de pagar uma alíquota mínima sobre a renda, que vai até 10%. Ficam fora da tributação sobre alta renda: ganho de capital; poupança; indenizações; herança ou doação em adiantamento da legítima; aposentadoria e pensão de moléstia grave; e rendimentos recebidos acumuladamente.

A medida não mexe no vespeiro dos jetons dos servidores dos Três Poderes - bonificações, auxílios e gratificações que engordam os salários do funcionalismo e estouram o teto para, em alguns casos, bem mais do que os R\$ 50 mil considerados no projeto de lei. Nos cálculos do governo, a alíquota efetiva do IR sobre os mais ricos passará a ser de 9%.

Lula admitiu que o texto pode sofrer mudanças, já que precisa da aprovação dos parlamentares, mas pediu aos deputados e senadores que tentem apenas melhorar a matéria. Parlamentares da oposição já sinalizaram que são contra a criação de taxas. Porém, o aumento da faixa de isenção tem amplo apoio.

"Eu espero que, se for mudar para melhor, vote. Para piorar, jamais. Esse é o lema que nós temos que adotar, porque é uma coisa tão singela o que estamos fazendo. Às vezes, o volume (de recursos) parece grande porque milhões de pessoas serão beneficiadas.

Esse é o pecado que nós pagamos, que os pobres pagam neste país", afirmou Lula.

Da mesma forma, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou que o texto apresentado foi o melhor que o governo conseguiu formular, mas que poderá ser "aperfeiçoado" pelo Congresso.

Dirigindo-se ao presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos- PB), o ministro também comentou que espera ter um "relator à altura" para o projeto.

"Não tem caça às bruxas, histeria, ideologia, no mau sentido da palavra. O que tem aqui é um posicionamento político sobre a sociedade que nós queremos.

E nós queremos uma sociedade mais justa", discursou Haddad.

O chefe da Fazenda também pediu aos parlamentares que levem em consideração a neutralidade tributária do texto, já que não haverá mudança na arrecadação do governo, e seu aspecto social.

Por sua vez, Motta disse considerar a medida como justa e garantiu ao governo que apoiará a tramitação do texto. Porém sinalizou que espera mudanças.

"O Congresso, com certeza, na sua diversidade, fará alterações.

Não tenho dúvidas, pela importância que ela tem. Alterações que com certeza visam melhorar a proposta. Tanto na Câmara quanto no Senado, nós procuraremos dar a prioridade que a matéria precisa para que, ao longo dos próximos meses, tenhamos a condição de elaborar a melhor proposta possível para o país", frisou.

Em entrevista coletiva, o secretário- executivo da Fazenda, Dario Durigan, demonstrou otimismo na aprovação da medida sem mudanças drásticas no texto.

"O ideal é com os termos que estamos apresentando, sem colcha de retalhos. Precisamos seguir a Lei de Responsabilidade Fiscal", afirmou.

O secretário da **Receita Federal**, Robinson Barreirinhas, lembrou que 100 milhões de pessoas pagam Imposto de Renda, mas não têm o suficiente para declarar, pois 90% deles têm rendimento em torno de R\$ 60 mil por ano. E, dos declarantes, mais de 26 milhões (65%), serão isentos.

Dúvidas sobre contrapartida

O projeto de lei que prevê a isenção do Imposto de Renda (IR) para quem ganha até R\$ 5 mil, a partir de 2026, vai na direção certa, mas ainda gera incerteza sobre a questão fiscal, pois a contrapartida da medida, que prevê taxar em até 10% as 141,1 mil pessoas que ganham mais de R\$ 1,2 milhão e taxar em 10% quem recebe mais de R\$ 50 mil em dividendos ou envia lucros e dividendos para o exterior, ainda é considerada incerta, segundo especialistas ouvidos pelo Correio.

Os analistas não duvidam que os parlamentares devem fazer mudanças no texto durante a tramitação. No anúncio no Planalto, o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos -PB), não endossou totalmente a proposta do governo que "justiça social tem que vir com responsabilidade fiscal" e afirmou que o Congresso vai, sim, fazer mudanças.

Enquanto isso, o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-PA), divulgou uma nota cumprimentando o presidente Lula pelo projeto que, segundo ele, "faz parte da **reforma tributária** e reforça o compromisso com o equilíbrio e o desenvolvimento econômico do país".

"No Senado, daremos a devida atenção a essa matéria, analisando-a com zelo e responsabilidade, sempre em busca de mais justiça social e de um Brasil mais próspero para todos.

Seguimos firmes nessa missão", escreveu.

Frustração.

O economista-chefe da MB Associados, Sergio Vale, afirmou que o projeto é menos do que o desejado, pois não mexeu muito na tabela do IR.

"A **reforma tributária** de bens e serviços foi boa, apesar das isenções e todos os problemas.

Mas foi no caminho correto. A gente esperava uma reforma no Imposto de Renda, agora, que fosse focada de fato na classe mais alta e tivesse uma progressividade de imposto maior.

O governo não quis incomodar ninguém e fez uma alíquota mais baixa para quem é mais rico e pegou um grupo bem pequeno na verdade, de 141 mil pessoas, e deu isenção para uma classe média enorme, de 10 milhões", avaliou.

Para Vale, há dúvidas se o governo vai conseguir, de fato.

"Eventualmente, pode haver mecanismos para pagarem menos **impostos**, trocando de ativos, por exemplo. Eu não sei se a compensação vai ser efetiva no final, mas o ponto é que o governo não tem espaço para perder arrecadação e está emparedado com a queda da popularidade", afirmou.

O especialista em contas públicas Felipe Salto, economistachefe da Warren Investimentos, avaliou que "a medida nasceu em bases corretas, porque contempla uma compensação robusta", ao estabelecer uma regra de tributação de 2,5% a 10%, cujo potencial arrecadatório poderá ser relevante. Contudo, ele reconhece que ainda não fechou os cálculos comparativos de impacto.

(RH)

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2025/03/19/all.pdf>

Novas regras

O governo injeja ao Congresso o projeto de lei que isenta o Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5 mil por mês. A medida deve beneficiar, diretamente, 10 milhões de brasileiros

VEJA ALGUMAS MUDANÇAS

PARA A AULA MÉDIA

- **Até R\$ 5 mil por mês**
Isenção total, economia de até R\$ 4.356,89 ao ano
- **Quem recebe R\$ 5,5 mil**
Desconto de 75% no valor do IR, economia de R\$ 3.367,68
- **Quem recebe R\$ 5,5 mil e R\$ 6 mil**
Desconto de 50% no valor do R, economia de R\$ 2.350,79
- **Quem recebe R\$ 6 mil R\$ 6,5 mil**
Desconto de 25% no valor do IR, economia de R\$ 1.333,90
- **Quem recebe R\$ 7 mil ou mais**
Não há alteração. Aplicar-se as alíquotas progressivas de 7,5%, 15%, 22,5% e 27,5%.

*Quem já paga a alíquota mínima não terá impostos adicionais

IMPACTOS DAS MEDIDAS**

Medida de ampliação da renda mensal isenta Valor — Em R\$

- Até R\$ 3.036,00 (= dois períodos mínimos) 5 bilhões/ano
- Até R\$ 5 mil 25,8 bilhões (2026)

Medida compensatória Valor — Em R\$

- Imposto de renda mínimo de 10% para alta renda de
- 141,1 mil que ganham acima de R\$ 1,2 milhão 25,2 bilhões

**Ambos em comparação com os valores calculados pela legislação atual
Fonte: Ministério da Fazenda e Receita Federal

PARA ALTA RENDA

- **Até R\$ 600 mil por ano (R\$ 50 mil por mês)**
Não há alteração
- **R\$ 750 mil por ano (R\$ 62,5 mil por mês)**
imposto mínimo* de 2,5%, ou R\$ 18,75 mil por ano
- **R\$ 900 mil por ano (R\$ 75 mil por mês)**
imposto mínimo de 5%, ou R\$ 45 mil por ano
- **R\$ 1,05 milhão por ano (R\$ 87,5 mil por mês)**
imposto mínimo de 7,5%, ou R\$ 78,75 mil por ano
- **R\$ 1,2 milhão por ano (R\$ 100 mil por mês)**
imposto mínimo de 10%, ou R\$ 120 mil por ano



Incerteza em alta, políticos em baixa - ZEINA LATIF

ZEINA LATIF

A palavra incerteza tem frequentado bastante as manchetes. Há tensões comerciais entre os países, eventos climáticos extremos mais frequentes, conflitos geopolíticos, desequilíbrios fiscais estruturais nos países e os desafios das transições verde e digital.

Esse quadro produz ansiedade na sociedade, como apontam pesquisas, e impacta as decisões de investimento. A incerteza é como uma bomba de efeito moral sobre os "espíritos animais" do setor privado.

Quadros assim demandam maior preparo e espírito público da classe política, com lideranças capazes, que compreendam os desafios e apontem caminhos. Porém, esses têm sido artigos raros. Pior, lideranças despreparadas acabam alimentando ainda mais as incertezas. E acirrando os ânimos em sociedades cindidas, em vez de dissipá-los.

No EUA, o presidente Donald Trump tem sido alimentador de incertezas. Isso em várias frentes, como no aumento de tarifas de importação e a consequente retaliação dos países impactados; no avanço sobre a máquina pública, inclusive com o enfraquecimento de agências federais e instituições de controle; e no afastamento de aliados tradicionais.

Nas palavras de Gillian Tett, colunista do Financial Times, a intenção de Trump é dar um grande "reset", ou redefinir amplamente o sistema global nas esferas econômicas, comerciais, financeiras e militares. Seu pensamento é de revisão da ordem econômica liberal em direção ao modelo mercantilista e de hegemonia norte-americana. Nem o objetivo se sustenta, nem a estratégia é consistente.

Vale notar que um aspecto positivo da agenda econômica é o necessário ajuste fiscal defendido pelo secretário do Tesouro, Scott Bessent. Acapacidade de entrega, porém, parece baixa, especialmente considerando o objetivo de trazer o déficit público para 3% do PIB; um salto muito grande ante o déficit de 6,4% do PIB em 2024.

Adiciona-se ao desafio à intenção de renovar os cortes de **impostos** previstos no Tax Cuts and Jobs Act de 2017, o que levaria o déficit para 10% do PIB, segundo a agência federal do legislativo, o

Congressional Budget Office (CBO). Sem contar que Trump prometeu outras isenções tributárias adicionais.

Não há, por ora, proposta consistente de redução de gastos e de recuperação da arrecadação, mas apenas anúncios de cortes pelo departamento de Elon Musk(DOGE). Nem de longe resolvem o problema.

Encolher o Medicare e o Medicaid, como prometido pelos Republicanos, enfrentará muitas resistências e vai contra promessas recentes do próprio Trump de não mexer nessas políticas.

Será impossível conciliar tantos compromissos na elaboração do Orçamento.

O quadro de incertezas se agravou com as falas ruidosas de Trump. Em uma entrevista recente, ele não descartou a possibilidade de uma recessão nos EUA em um período de transição até que (supostamente) sua política tarifária e de cortes de gastos públicos traga bons frutos. Tentou corrigir, dias depois, dizendo que a economia vai "bombar", mas já era tarde. Ainda, Trump também mencionou que seria difícil reduzir os preços e que o público deveria se preparar para "pequenas perturbações".

As falas assustam e, possivelmente, não convencem de que haverá apenas custos transitórios para um modelo econômico melhor. Trata-se, na realidade, de receita para baixo crescimento econômico no futuro.

As Bolsas norte-americanas e o dólar reverteram tendências de alta e registram relevante recuo. O S P 500 acumula perda de 9% desde o pico de meados de fevereiro, e a cotação do dólar nas principais moedas globais (euro, iene, libra esterlina, dólar canadense, franco suíço e coroa sueca) tem perda de 5,5% desde meados de janeiro.

O mau humor já atinge os consumidores, conforme revelado pelo recuo dos indicadores de confiança. O índice de confiança no futuro da Universidade de Michigan caiu para 54,2 pontos em março, depois de atingir 76,9 pontos em novembro com a vitória de Trump. Gestores de empresas vão na mesma toada, temendo a recessão.

As reações dos agentes econômicos, que vieram mais cedo do que o esperado, são um bom sinal. Podem

levar a algum freio de arrumação adiante, mesmo que parcial. A complacência dos agentes econômicos seria pior.

Há um grande teste para a administração Trump e para as instituições norte-americanas. Trata-se da capacidade de reação diante de erros.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Estados se mobilizam para evitar queda de arrecadação

Os estados já se articulam para assegurar medidas de compensação ao projeto de lei do governo federal, anunciado ontem, que isenta do Imposto de Renda (IR) pessoas físicas com salário de até R\$ 5 mil. Acima deste valor e até R\$ 7 mil, também haverá benefício, com redução do tributo pago.

Municípios e estados perderiam de duas formas: o IR pago pelo setor privado é dividido entre os entes da federação. Além disso, o IR retido na fonte de servidores fica inteiramente com o governo no qual esse trabalhador está empregado.

Por isso, a compensação anunciada com imposto mínimo para a alta renda só cobre em parte as perdas de estados e municípios.

Estados como Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, que têm as maiores folhas de pessoal, perderão receita ao deixar de reter o tributo na fonte.

Na próxima terça-feira, o presidente do Comitê Nacional dos Secretários Estaduais de Fazenda (Comsefaz), Flávio César de Oliveira, vai tratar do tema com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad.

O Comsefaz estima que, sem as medidas de compensação, a perda para estados e municípios será de R\$ 22 bilhões. Parte do valor deve ser coberto pelo IR sobre dividendos.

O Palácio do Planalto afirma que não haverá perda para estados. "Apesar da redução na retenção de IR na fonte, estados e municípios se beneficiarão com o repasse da compensação das altas rendas e com o aumento da massa salarial recebida pelos trabalhadores e do consumo, ampliando a arrecadação de ICMS, ISS e IBS (**impostos** locais)."

CRITÉRIOS DE DIVISÃO

Apesar de o governo assegurar que haverá compensação, os estados argumentam que esta será apenas parcial. Isso porque o bolo da arrecadação do IR é dividido com estados e municípios, via Fundo de Participação Estadual (FPE) e Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

Os estados, no entanto, afirmam que os critérios de

distribuição dos recursos por esses fundos são diferentes. No caso do FPM, a divisão é linear. Já o FPE leva em conta indicadores de desenvolvimento, o que faz com que estados do Norte e Nordeste recebam mais verba.

Apesar do receio de perder arrecadação, o Comsefaz não divulgará nota contra a proposta do governo. A orientação é atuar de forma reservada, intensificando o diálogo com a Fazenda, disse um integrante do colegiado.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Juro deve atingir hoje maior nível desde 2016

CÍCERO COTRIM BRASÍLIA

O Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central deve elevar hoje a taxa básica de juros (Selic) em 1 ponto percentual, segundo projeção unânime do mercado. Com a nova alta, a taxa vai a 14,25% ao ano, maior patamar desde outubro de 2016 (quando também estava em 14,25%). E desde o início do atual ciclo de alta, em setembro, a Selic terá subido 3,75 pontos percentuais.

Mas a dúvida entre os analistas é o que vem pela frente. Para a maioria deles, o Copom deve abandonar o forward guidance (sinalização dos próximos passos) na sua comunicação de hoje. Ou seja, vai condicionar as próximas decisões à evolução dos dados econômicos - ficando mais data dependent (dependência de dados), no jargão do mercado. A maior parte das projeções aponta que o atual ciclo de alta termine com a Selic em 15%, mas a avaliação é que o BC quer deixar as portas abertas para qualquer ajuste.

"O Copom deve migrar para uma comunicação mais data dependent, buscar a sua flexibilidade, porque é isso que normalmente se faz quando se aproxima do fim do ciclo", diz a CEO e economista-chefe da consultoria Buysidebrazil, Andrea Damico.

"Não faz sentido dar um guidance agora, mas ele ainda precisa ser duro, para o mercado não achar que não vai aumentar os juros na reunião seguinte." Para Andrea, o Copom deve repetir a mesma sinalização dada em janeiro, quando afirmou que, depois de março, "a magnitude total do ciclo de aperto monetário será ditada pelo firme compromisso de convergência da **inflação** à meta" e que vai depender da evolução das suas projeções e das expectativas de **inflação**, do hiato do produto (espaço para a economia crescer sem pressionar a **inflação**) e do balanço de riscos (fatores que podem fazer a **inflação** ficar acima das projeções ou abaixo delas).

MAIS FLEXIBILIDADE. Economistas consultados pelo Estadão/ Broadcast veem várias razões para que o comitê adote uma postura data dependent.

Depois da rápida elevação de 3 pontos percentuais nos juros desde dezembro, e em meio às incertezas domésticas e externas, o BC deve buscar flexibilidade

para ajustar seus passos à evolução do cenário nos próximos meses, eles dizem.

Desde a última reunião, a economia deu sinais mais fortes de esfriamento, com o **PIB** brasileiro crescendo abaixo do esperado no quarto trimestre de 2024 e a maioria dos indicadores de alta frequência (que mostram a atividade econômica em prazos mais curtos) mostrando desempenho abaixo do previsto em janeiro.

E as estimativas para o **PIB** já foram reduzidas desde então.

O diretor de Política Econômica do Banco Central, Diogo Guillen, disse recentemente que há sinais de moderação na economia, mas ponderou que é cedo para cravar uma tendência.

Por isso, disse, é preciso acompanhar a evolução dos números para traçar os cenários de **inflação**.

A cotação do dólar também mostrou algum alívio, caindo da casa dos R\$ 6,00 para abaixo de R\$ 5,70. Os preços de commodities (matérias-primas com cotação internacional) - em especial, do petróleo - também recuaram, indicando pressão menor sobre a **inflação**.

"Muito provavelmente, o modelo do BC deve mostrar queda de 0,2 a 0,3 ponto percentual do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) no horizonte relevante, voltando de 4% para 3,8%", diz Andrea.

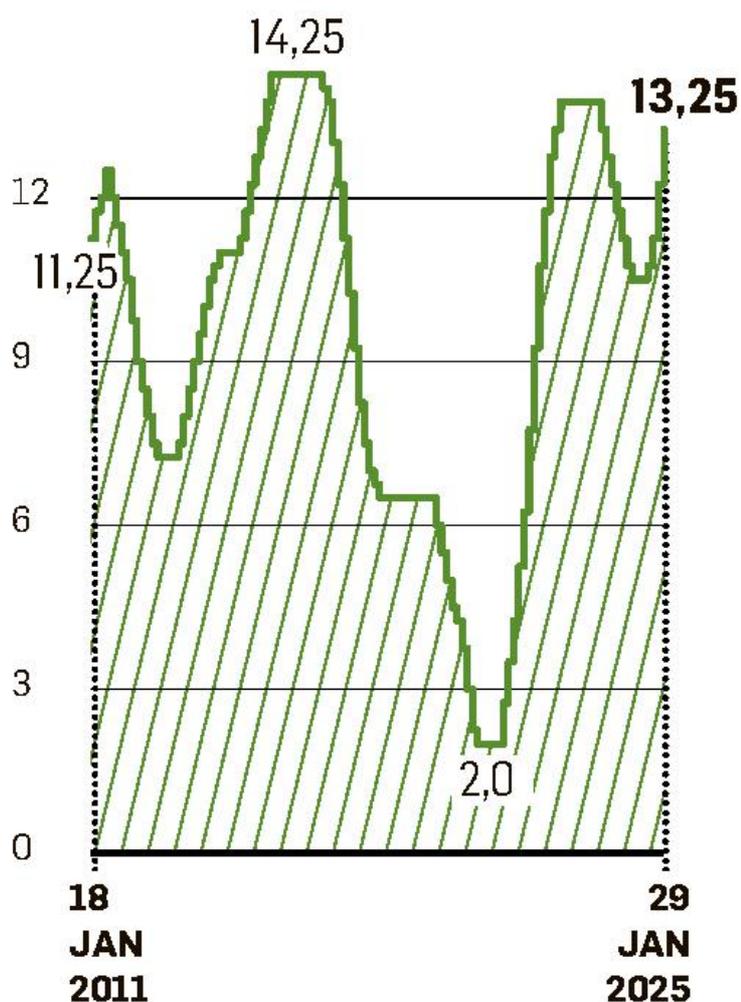
Porém, as expectativas de **inflação** do mercado subiram, de 5,50% para 5,66%, em 2025, e de 4,22% para 4,48%, em 2026. A **inflação** corrente não deu sinais de trégua: o IPCA acumulado em 12 meses acelerou de 4,56% em janeiro para 5,06% em fevereiro, 0,56 ponto percentual acima do teto da meta, de 4,50%."O BC ainda precisa fazer um pouco na política monetária antes de poder parar e observar", diz o economista-chefe do Banco BMG, Flávio Serrano, que espera alta da Selic a 14,75% no fim do ciclo, com um último ajuste de 0,50 ponto em maio.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

SELIC

Taxa básica de juros deve subir um ponto neste mês

EM PORCENTAGEM AO ANO



FONTE: BANCO CENTRAL / **INFOGRÁFICO:** ESTADÃO

Sobretaxa protege economia dos EUA, diz vice-presidente

PEDRO LIMA COM AP

O vice-presidente dos EUA, J.D. Vance, defendeu ontem, no American Dynamism Summit, que tarifas sobre importações são essenciais para proteger a economia e impulsionar a competitividade interna. Para ele, a medida também estimula a concorrência dentro do país.

"As tarifas são necessárias para proteger nossa economia interna e fazem com que empresas pratiquem preços competitivos nos EUA", afirmou.

Com uma estrutura tarifária bem definida, "as empresas americanas praticam preços competitivos aqui dentro", argumentou.

JD Vance afirma que, em pouco menos de dois meses, os preços da gasolina e do diesel já estão caindo nos EUA.

Ele também celebrou a desaceleração da **inflação**, reflexo de uma política econômica "voltada ao trabalhador americano".

O vice-presidente americano reforçou que o governo oferecerá incentivos para empresas que optarem por produzir nos EUA, incluindo redução de **impostos** e custos energéticos.

"Se você quer produzir em solo americano, terá o apoio do nosso governo", disse.

Para Vance, a liderança industrial dos EUA no mundo depende da inovação, algo que, segundo ele, não foi devidamente incentivado em décadas anteriores. Por fim, ele enfatizou que a prioridade do presidente Donald Trump será corrigir erros históricos na condução da economia. "O objetivo central de Trump é corrigir 40 anos de falhas econômicas nos EUA", disse, defendendo a reconstrução da base industrial para que o crescimento "beneficie trabalhadores e empresas americanas".

RECIPROCIDADE. No domingo, o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, afirmou que irá continuar com o plano de impor tarifas recíprocas sobre diversos produtos importados a partir do dia 2 de abril.

O anúncio vem mesmo com as recentes instabilidades no mercado financeiro e do temor com os possíveis impactos econômicos da nova política tarifária americana. "Dia 2 de abril será um dia de libertação para o nosso país", afirmou Trump em entrevista a bordo do Air Force One, o avião oficial da presidência norte-americana.

"Estamos recuperando parte da riqueza que presidentes muito, muito tolos deram porque não tinham ideia do que estavam fazendo", disse em referência ao ex-presidente Joe Biden.

Trump já mudou o discurso sobre os planos de impor tarifas, como com o México, mas afirmou não ter a intenção de fazer exceções quanto ao que chama de tarifas recíprocas. "Eles nos cobram, e nós cobramos deles", afirmou.

Na sexta-feira passada o secretário de Estado norte-americano, Marco Rubio, disse que as tarifas dos Estados Unidos não são uma ação hostil contra aliados e que o presidente Trump quer redefinir a linha de base do comércio internacional, "que ele acredita - e eu concordo - ser injusta para nós".

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Monitor do PIB aponta alta de 0,3% em janeiro

Alessandra Saraiva Do Rio

A economia brasileira cresceu 0,3% em janeiro desse ano, ante dezembro de 2024, na leitura do Monitor do **PIB** da Fundação Getulio Vargas (FGV), anunciado terça-feira (18). No mesmo índice, na comparação com janeiro de 2024, a atividade econômica subiu 2,5%.

E, no trimestre finalizado em janeiro, ante igual período do ano imediatamente anterior, a atividade econômica subiu 2,6%.

No entendimento de Claudio Considera, pesquisador da fundação responsável pelo índice, as taxas positivas só foram possíveis graças à boa performance do agronegócio no começo do ano; à atividade de serviços em alta; e ao consumo aquecido.

Em relação a dezembro do ano passado, o **PIB** da agropecuária, na ótica do indicador da FGV, subiu 2,4% em janeiro. Na comparação com janeiro de 2024, houve alta de 1,4%.

Considera explicou que no começo do ano ocorre a colheita da principal cultura de grão do país: a soja. Ele disse que a movimentação em torno do começo a colheita ajuda a impulsionar a economia do setor, no início de cada ano. Há boa perspectiva de colheita de soja em 2025, o que ajudou a alavancar atividade econômica do agro - e, por consequência, do **PIB** como um todo.

No entanto, no trimestre encerrado em janeiro deste ano, a atividade econômica do setor agropecuário caiu 0,2%, em relação ao mesmo período em ano imediatamente anterior. Mas, nessa comparação, outra atividade ajudou a manter em alta o Monitor do **PIB**.

O setor de serviços, que representa sozinho quase 70% do total da economia brasileira, mostrou aumentos de 0,6% em janeiro ante dezembro; de 2,7% ante janeiro de 2024; e de 2,6% no trimestre encerrado em janeiro, ante igual período anterior.

Outro aspecto que contribuiu para taxa positiva do Monitor do **PIB** em janeiro foi o comportamento do consumo das famílias.

Em janeiro, essa categoria mostrou altas de 1,1% em janeiro ante dezembro; de 2,9% na comparação com janeiro de 2024; e com expansão de 2,6% no trimestre encerrado em janeiro, ante mesmo período em ano anterior.

No entanto, o especialista faz uma ressalva. As taxas positivas em agronegócios, serviços e consumo das famílias não impediram piora no indicador de investimentos da economia.

A Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF), que representa o ritmo de investir na atividade econômica, subiu 9% em janeiro ante janeiro de 2024; com expansão de 8,8% no trimestre encerrado em janeiro, em relação ao mesmo período de ano anterior.

No entanto, a FBCF caiu 1% em janeiro ante dezembro.

As recentes decisões de taxaço de exportações aos Estados Unidos, sob Donald Trump, influenciaram o resultado negativo, afirmou.

"O investimento no Brasil estava indo muito bem", lembrou.

No entanto, ele disse que todo empresário precisa de previsibilidade para investir e, pelo menos até o momento, não se sabem quais serão as próximas ações do novo governo americano, em termos de taxaço, que podem afetar economia brasileira.

Questionado sobre projeções para o **PIB** em 2025, o especialista comentou ser cedo elencar números, visto que não se sabe como a nova administração Trump afetará cadência da FBCF brasileira, ao longo deste ano.

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/188143>